

No. 34037

BRAZIL
and
UNITED STATES OF AMERICA

Mutual Cooperation Agreement for reducing demand, preventing illicit use and combatting illicit production and trafficking of drugs. Signed at Brasília on 12 April 1995

Authentic texts: Portuguese and English.

Registered by Brazil on 11 September 1997.

BRÉSIL
et
ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE

Accord de coopération bilatérale en vue de réduire la demande, de prévenir l'utilisation illicite et de lutter contre la production et le trafic illicites de stupéfiants. Signé à Brasília le 12 avril 1995

Textes authentiques : portugais et anglais.

Enregistré par le Brésil le 11 septembre 1997.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA PARA A REDUÇÃO DA DE-
MANDA, PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO E COMBATE À
PRODUÇÃO E AO TRÁFICO ILÍCITOS DE ENTORPECENTES

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo dos Estados Unidos da América
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Convencidos de que o uso indevido e o tráfico ilícito de entorpecentes constituem problema que afeta as comunidades de ambos os países;

Reconhecendo que o enfrentamento do problema do abuso de entorpecentes deve operar-se por meio de atividades concertadas e harmônicas na prevenção do uso indevido, na repressão ao tráfico ilícito e na recuperação e reabilitação dos dependentes;

Interessados em desenvolver a colaboração mútua para o combate ao uso indevido e ao tráfico ilícito de entorpecentes mediante a adoção de medidas de cooperação e a execução de programas específicos;

Observando os compromissos que ambos os países contraíram como Partes da Convenção Única sobre Entorpecentes, de 30 de julho de 1961, emendada pelo Protocolo de 1972, da Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 21 de fevereiro de 1971, e da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 20 de dezembro de 1988;

Em conformidade com o Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro contra o Consumo, a Produção e o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 24 de abril de 1986, e com a Declaração Política e o Programa Global de Ação aprovados na XVII

Sessão Extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 23 de fevereiro de 1990;

Inspirados na Declaração de Princípios da Reunião de Cúpula das Américas, de dezembro de 1994, e tendo em vista os compromissos assumidos em seu Plano de Ação;

Levando devidamente em consideração seus sistemas constitucionais, legais e administrativos, e dentro do respeito à soberania nacional de seus respectivos Estados,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. As Partes Contratantes comprometem-se a continuar a envidar esforços conjuntos e a realizar programas específicos para redução da demanda, prevenção do uso indevido, combate à produção e ao tráfico ilícitos de entorpecentes. As Partes Contratantes interoambiarão as informações relevantes para os objetivos acima, tendo em vista aumentar a eficácia e ampliar o escopo da cooperação bilateral no combate ao tráfico ilícito de substâncias psicotrópicas. Essa cooperação, que se regerá pelo presente Acordo, poderá compreender as seguintes atividades por parte de ambos os Governos signatários:

- a) fornecimento de equipamento e recursos humanos e financeiros para serem empregados em programas específicos nas áreas acima mencionadas;
- b) mútua assistência técnico-científica;
- c) intercâmbio de informações.

2. As Partes Contratantes também cooperarão por meios de troca de informação que incluam o intercâmbio de peritos, entre outras iniciativas, com o objetivo de reabilitar farmacodependentes.

3. Os recursos materiais, financeiros e humanos necessários à execução de programas específicos serão, em cada caso, definidos pelas Partes Contratantes por intermédio de um Memorando de Entendimento (MDE).

ARTIGO II

1. De acordo com as respectivas legislações internas, as Partes Contratantes tomarão as medidas cabíveis para:

- a) controlar a produção, importação, exportação, armazenamento, distribuição e venda de insumos e precursores, produtos químicos e solventes que possam ser utilizados ilicitamente na produção de entorpecentes;
- b) intensificar o intercâmbio de informações e experiências em áreas relacionadas com o combate ao problema dos entorpecentes, como trabalho judiciário e controle aduaneiro.

2. As Partes Contratantes intercambiarão as informações relevantes para os objetivos acima, tendo em vista aumentar a eficácia da cooperação bilateral.

ARTIGO III

De acordo com seus respectivos princípios constitucionais e conceitos fundamentais de seus sistemas legais, as Partes Contratantes tomarão as medidas necessárias a fim de implementar os dispositivos da Convenção de Viena de 1988, bem como se esforçarão por adotar o Regulamento Modelo da Comissão Interamericana sobre o Controle do Abuso de Drogas (CICAD). As Partes Contratantes tomarão medidas com vistas a reprimir a lavagem de ativos financeiros provenientes de crimes sérios relevantes, tomando gradativamente as medidas apropriadas que levem à adoção e implementação de legislação que defina como ilícito penal a lavagem de ativos financeiros resultantes de crimes sérios relevantes, bem como que estabeleça que instituições financeiras relatem a ocorrência de transações suspeitas. Adicionalmente, as Partes Contratantes adotarão legislação apropriada que autorize o seqüestro e o perdimento de bens e de ativos financeiros. As Partes Contratantes considerarão também a possibilidade de partilhar os resultados dos perdimentos ocorridos.

ARTIGO IV

1. O presente Acordo será implementado por Memorandos de Entendimento (MDE) entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, ouvido o Ministério da Justiça, e o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América.

2. Cada MDE cobrirá um período de 1 (um) ano, definirá os órgãos responsáveis pela sua execução e conterá uma declaração de seus objetivos, bem como suas metas mensuráveis específicas. Serão descritas as contribuições de cada participante em termos de bens e serviços, bem como as estimativas, em reais e em dólares americanos, do valor de cada contribuição. Cada MDE compreenderá também cronograma para a execução das atividades nele definidas.

3. Os tributos de importação ou taxas aos quais possam estar sujeitos o material e o equipamento fornecidos de acordo com os MDEs e como resultado da execução deste Acordo serão da exclusiva responsabilidade do Governo recipiendário, que tomará as medidas apropriadas para sua liberação.

ARTIGO V

O Governo brasileiro designa como coordenador de sua participação na execução do presente Acordo o Departamento de Organismos Internacionais (DOI) do Ministério das Relações Exteriores e o Governo dos Estados Unidos da América designa, como coordenador de sua participação, o Escritório de Assuntos Internacionais de Entorpecentes e Repressão (INL) do Departamento de Estado.

ARTIGO VI

1. De maneira a facilitar a execução deste Acordo, as Partes Contratantes poderão designar um funcionário, em suas respectivas Embaixadas, para servir de elemento de ligação permanente entre as respectivas agências governamentais especializadas em assuntos de entorpecentes.

2. As Partes Contratantes poderão designar, mediante consulta apropriada, outros funcionários especializados para assessorar o funcionário de que trata o presente Artigo.

ARTIGO VII

Com vistas a alcançar os objetivos do presente Acordo e a pedido de uma das Partes Contratantes, representantes das Partes Contratantes reunir-se-ão periodicamente para:

- a) avaliar a eficácia dos programas de ação;
- b) recomendar aos respectivos Governos programas anuais com objetivos específicos, a serem desenvolvidos no âmbito deste Acordo e a serem implementados mediante a cooperação bilateral;
- c) examinar quaisquer questões relativas à execução do presente Acordo;
- d) apresentar a seus respectivos Governos as recomendações consideradas pertinentes para a melhor execução do presente Acordo.

ARTIGO VIII

Todas as atividades decorrentes do presente Acordo serão desenvolvidas em conformidade com as leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e nos Estados Unidos da América.

ARTIGO IX

Para os fins do presente Acordo, entendem-se por entorpecentes as substâncias que aparecem enumeradas e descritas na Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961, emendada pelo Protocolo de 1972, bem como na Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988, inclusive os produtos farmacêuticos resultantes dessas substâncias.

ARTIGO X

1. Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra do cumprimento das formalidades requeridas pela respectiva legislação

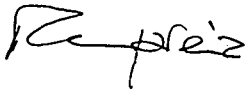
interna para que o Acordo entre em vigor. Este Acordo entrará em vigor na data do recebimento da última dessas notificações.

2. O presente Acordo permanecerá em vigor por prazo ilimitado, a menos que uma das Partes Contratantes o denuncie, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito 90 (noventa) dias após a data da respectiva notificação. A denúncia do presente Acordo não afetará a validade de quaisquer obrigações contraídas anteriormente à denúncia.

3. Por ocasião da entrada em vigor deste Acordo, o Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso e Consumo Ilícitos, Produção e Tráfico de Entorpecentes, assinado em 03 de setembro de 1986, deixará de ter vigência.

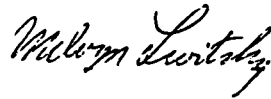
Feito em Brasília, em 12 de abril de 1995, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos,

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:



Embaixador LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pelo Governo
dos Estados Unidos da América:



Embaixador MELVYN LEVITSKY

MUTUAL COOPERATION AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA FOR REDUCING DEMAND, PREVENTING ILLICIT USE AND COMBATTING ILLICIT PRODUCTION AND TRAFFICKING OF DRUGS

The Government of the Federative Republic of Brazil
and
The Government of the United States of America,
hereinafter referred to as the Contracting Parties,

Convinced that the illicit use and trafficking of drugs constitutes a problem affecting the communities of both countries;

Acknowledging that combatting the drug abuse problem should be carried out by means of concerted and harmonious activities in the prevention of illicit drug use, in the repression of trafficking and in the recovery and rehabilitation of chronic users;

Interested in developing mutual cooperation for combatting illicit use and trafficking of drugs through adoption of cooperative measures and execution of specific programs;

Observing the obligations both countries undertook as parties to the Single Convention on Narcotics, dated July 30, 1961,² as amended by the Protocol of 1972,³ and to the Convention on Psychotropic Substances, dated February 21, 1971,⁴ and to the United Nations Convention Against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances, dated December 20, 1988;⁵

In keeping with the guidelines of the Interamerican Action Program of Rio de Janeiro Against Consumption, Production and Illicit Trafficking of Drugs and Psychotropic Substances, dated April 24, 1986, and with the Policy Declaration and Global Action Program approved at the XVII Extraordinary Session of the United Nations General Assembly, dated February 23, 1990;

¹ Came into force on 28 April 1997 by notification, in accordance with article X.

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 520, p. 151; vol. 557, p. 280 (corrigendum to vol. 520); vol. 570, p. 346 (procès-verbal of rectification of the authentic Russian text), and vol. 590, p. 325 (procès-verbal of rectification of the authentic Spanish text).

³ *Ibid.*, vol. 976, p. 3.

⁴ *Ibid.*, vol. 1019, p. 175.

⁵ *Ibid.*, vol. 1582, No. 1-27627.

Inspired by the Declaration of Principles issued by the Summit of the Americas in December 1994 and considering the commitments assumed in its Action Plan;

With due consideration of the two nations' constitutional, legal and administrative systems, and respecting the national sovereignty of each State,

Agree to the following:

ARTICLE I

1. The Contracting Parties commit themselves to continue undertaking joint efforts and executing specific programs for reducing demand, preventing illicit use and combatting illicit production and trafficking of drugs. The Contracting Parties will exchange information pertinent to the objectives stated above with the aim of enhancing the efficiency and broadening the scope of their bilateral cooperation in combatting illicit trafficking of psychotropic substances. This cooperation will be governed by this Agreement and may encompass the following activities on the part of both signatory governments:

A) supply of equipment and human and financial resources to be employed in specific programs in the aforementioned areas;

B) mutual technical-scientific assistance;

C) exchange of information.

2. The Contracting Parties will also cooperate by means of exchanges of information that include the exchange of experts, although not limited to this, with the objective of rehabilitating drug addicts.

3. The material, financial and human resources required for execution of specific programs will, in each case, be defined by the respective Parties through a Memorandum of Understanding.

ARTICLE II

1. In keeping with the respective internal legislation of each country, the Contracting Parties will take appropriate measures:

A) to control the production, import, export, storage, distribution and sale of inputs and precursors,

chemical products and solvents that may be used illicitly in the production of drugs;

B) to intensify interchanges of information and experiences in areas related to combatting the drug problem, such as judiciary activities and customs control.

2. The Contracting Parties will exchange information pertinent to the objectives stated above, with the aim of enhancing the efficiency of their bilateral cooperation.

ARTICLE III

Subject to their respective constitutional principles and basic concepts of their legal systems, the Contracting Parties will take necessary actions to achieve compliance with the 1988 UN Convention, including working to adopt the model regulations of the OAS Inter-American Commission on Drug Abuse Control (CICAD). The Contracting Parties will take measures aimed at combatting the laundering of financial assets related to serious crimes. This is to be achieved through taking appropriate steps to adopt and implement legislation that makes it a criminal offense to launder the proceeds of relevant serious crimes and that requires financial institutions to report suspicious transactions. In addition, the Contracting Parties will implement appropriate legislation that authorizes the seizure and forfeiture of property and financial assets. The Contracting Parties will also consider the possibility of sharing the proceeds of successful forfeiture efforts.

ARTICLE IV

1. This Agreement will be implemented by Memoranda of Understanding (MOU) between the Ministry of External Relations of the Federative Republic of Brazil -- following consultations with the Ministry of Justice -- and the United States Department of State.

2. Each MOU will cover a period of one year, will indicate the Agencies responsible for execution and will contain a declaration of the objectives to be achieved by the project, together with its specific measurable goals. The contribution of each participant will be defined in terms of goods and services, while the financial contribution of each will be estimated in Reais and Dollars. The MOU will also contain a timetable for execution of the activities defined therein.

3. Import fees or customs duties, to which the material and equipment furnished according to the terms of the MOU

and as a consequence of execution of this Agreement may be subject, will be the sole responsibility of the recipient government, which will take the measures required for purposes of customs clearance.

ARTICLE V

The Brazilian Government designates the Department of International Organizations of the Ministry of External Relations as coordinator of its participation in execution of this Agreement and the Government of the United States designates the Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs (INL) of the Department of State as coordinator of its participation.

ARTICLE VI

1. In order to facilitate the execution of this Agreement, the Contracting Parties may designate an official in their respective Embassies to serve as permanent liaison between the respective government agencies specialized in drug affairs.
2. By means of appropriate consultations, the Contracting Parties may designate other specialized personnel to provide advisory services to the officials referred to in this Article.

ARTICLE VII

With a view toward achieving the objectives stated in this Agreement, and at the request of one of the parties, representatives of the Contracting Parties will periodically meet in order to:

- A) evaluate the effectiveness of the action programs;
- B) recommend to their respective governments annual programs with specific objectives to be developed within the framework of this Agreement and executed through bilateral cooperation;
- C) examine any questions related to execution of this Agreement;
- D) submit to their respective governments recommendations considered pertinent to more effective implementation of this Agreement.

ARTICLE VIII

All the activities resulting from this Agreement will be developed according to the laws and regulations in effect in the Federative Republic of Brazil and in the United States of America.

ARTICLE IX


For purposes of this Agreement, drugs are understood as the substances enumerated and described in the Single Convention on Narcotics, dated 1961, amended by the 1972 Protocol, as well as in the United Nations Convention Against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances, dated 1988, including the pharmaceutical products derived from such substances.

ARTICLE X

1. Each of the Contracting Parties will notify the other when it has completed the formalities required by its respective internal legislation to bring this Agreement into effect. This Agreement will enter into force on the date of receipt of the second of these notifications.
2. This Agreement will remain in effect for an unlimited period of time unless it is renounced by one of the parties through diplomatic channels. In this case, termination will become effective ninety days after the date of notification. The termination of this Agreement will not affect the validity of any other obligation contracted prior to termination.
3. On the entry into force of this Agreement, the Mutual Cooperation Agreement Between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the United States of America for Reducing Demand, Preventing Illicit Use and Consumption, and Production and Traffic of Drugs, signed September 3rd, 1986, shall cease to have effect.

DONE, in Brasilia, on this 12th day of the month of April, 1995, in two original copies in the Portuguese and English languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:



Embaixador LUIZ FELIPE LAMPREIA

For the Government
of the United States of America:



Embaixador MELVYN LEVISTSKY

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ DE COOPÉRATION BILATÉRALE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DES ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE EN VUE DE RÉDUIRE LA DEMANDE, DE PRÉVENIR L'UTILISATION ILLICITE ET DE LUTTER CONTRE LA PRODUCTION ET LE TRAFIC ILLICITES DE STUPÉFIANTS

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique, ci-après dénommés les « Parties contractantes »,

Convaincus que l'abus et le trafic illicite de stupéfiants représentent une menace pour les communautés des deux pays,

Considérant que la lutte contre l'abus des stupéfiants doit être menée moyennant des activités concertées et coordonnées en matière de prévention contre l'utilisation illicite de ces substances et de répression du trafic de stupéfiants ainsi qu'en matière d'accueil et de réadaptation des toxicomanes,

Désireux de développer leur coopération dans le domaine de la lutte contre l'abus et le trafic illicite de stupéfiants en adoptant des mesures bilatérales et en exécutant des programmes spécifiques,

Considérant les obligations qui incombent aux deux pays en tant que parties à la Convention unique du 30 juillet 1961 sur les stupéfiants², modifiée par le Protocole de 1972³, ainsi qu'à la Convention du 21 février 1971 sur les substances psychotropes⁴ et à la Convention des Nations Unies du 20 décembre 1988 contre le trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes⁵,

Conformément aux directives énoncées dans le Programme d'action interaméricain de Rio de Janeiro contre la consommation, la production et le trafic illicites de stupéfiants et de substances psychotropes, en date du 24 avril 1986, ainsi qu'à la Déclaration politique et au Programme d'action mondial approuvé le 23 février 1990 par l'Assemblée générale des Nations Unies lors de sa dix-septième session extraordinaire,

S'inspirant de la Déclaration de principes adoptée à l'issue de la Conférence au Sommet des Amériques en décembre 1994, et conformément aux engagements pris dans le cadre du Plan d'action de la Conférence,

Compte dûment tenu des systèmes constitutionnels, juridiques et administratifs respectifs des deux Etats, et dans le respect de la souveraineté nationale de chaque Partie contractante,

Sont convenus de ce qui suit :

¹ Entré en vigueur le 28 avril 1997 par notification, conformément à l'article X.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 520, p. 151; vol. 557, p. 280 (rectificatif au vol. 520); vol. 570, p. 347 (procès-verbal de rectification du texte authentique russe), et vol. 590, p. 325 (procès-verbal de rectification du texte authentique espagnol).

³ *Ibid.*, vol. 976, p. 3.

⁴ *Ibid.*, vol. 1019, p. 175.

⁵ *Ibid.*, vol. 1582, n° I-27627.

Article premier

1. Les Parties contractantes s'engagent à poursuivre conjointement leurs efforts et à exécuter des programmes spécifiques en vue de réduire la demande, de prévenir l'utilisation abusive et de lutter contre le trafic illicite de stupéfiants. Les Parties contractantes échangeront des informations intéressant les objectifs susmentionnés afin d'accroître l'efficacité et d'élargir la portée de leur coopération bilatérale en matière de lutte contre le trafic illicite de substances psychotropes. Cette coopération sera régie par le présent Accord et portera notamment sur les activités ci-après menées par l'un et l'autre des gouvernements signataires :

- a) Fourniture de matériel et de ressources humaines et financières aux fins de programmes spécifiques dans les domaines mentionnés plus haut;
- b) Assistance mutuelle en matière scientifique et technique;
- c) Echange d'informations.

2. Les Parties contractantes coopéreront aussi en échangeant des informations, des services d'experts et autres, aux fins de la réadaptation des toxicomanes.

3. Les ressources matérielles, financières et humaines nécessaires à l'exécution de programmes spécifiques seront déterminées dans chaque cas par les Parties dans un mémorandum d'accord.

Article II

1. Conformément à la législation interne de chaque pays, les Parties contractantes prendront les mesures nécessaires pour

a) Contrôler la production, l'importation, l'exportation, le stockage, la distribution et la vente des ingrédients, précurseurs, produits chimiques et solvants pouvant servir à produire illicitement des stupéfiants;

b) Intensifier les échanges d'informations et de données d'expérience dans les domaines de la lutte contre l'abus et le trafic illicite de stupéfiants, notamment en matière d'action judiciaire et de contrôle douanier.

2. Les Parties contractantes échangeront toutes informations utiles pour atteindre les objectifs susmentionnés et accroître l'efficacité de leur coopération bilatérale.

Article III

Sous réserve des principes constitutionnels et des règles juridiques qui leur sont propres, les Parties contractantes prendront les mesures nécessaires pour assurer le respect de la Convention des Nations Unies de 1988 et, en particulier, pour que soient adoptées les dispositions réglementaires types recommandées par la Commission interaméricaine de lutte contre l'abus des drogues (CICAD) de l'OEA. Les Parties contractantes prendront en outre des mesures réprimant le blanchiment de l'argent provenant d'infractions graves. A cette fin, elles feront en sorte que soit adoptée et appliquée une législation érigeant en infraction pénale le blanchiment de ces fonds et exigeant des institutions financières qu'elles signalent toute transaction suspecte. Les Parties contractantes mettront de plus en application une législation autorisant la saisie et la confiscation de biens et d'avoirs financiers. Elles envisageront aussi la possibilité de partager le produit de ces saisies et confiscations.

Article IV

1. Le présent Accord sera appliqué moyennant l'échange de mémorandums d'accord entre le Ministère des relations extérieures de la République fédérative du Brésil — après consultation du Ministère de la Justice — et le Département d'Etat des Etats-Unis.

2. Chaque mémorandum d'accord couvrira une période d'un an, désignera les organismes chargés de l'exécution du projet considéré et contiendra une description et une évaluation chiffrée des objectifs visés. La contribution de chaque participant sera définie en termes de biens et de services et sa contribution financière sera estimée en réals et en dollars. Dans le mémorandum d'accord figurera en outre un calendrier pour l'exécution des activités prévues.

3. Les taxes à l'importation et les droits de douane auxquels pourraient être soumis les fournitures et le matériel fournis en application du mémorandum d'accord relèveront de la responsabilité exclusive du gouvernement destinataire, qui prendra les mesures requises pour le dédouanement des articles importés.

Article V

Le Gouvernement brésilien désigne le Département des organisations internationales du Ministère des relations extérieures comme coordonnateur de sa participation à l'application du présent Accord, et le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique désigne le Bureau des affaires internationales relatives aux stupéfiants et à la répression du trafic de stupéfiants (Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs) comme coordonnateur de sa participation.

Article VI

1. Afin de faciliter l'application du présent Accord, les Parties contractantes pourront désigner un haut responsable de leurs ambassades respectives chargé d'assurer en permanence la liaison entre les organismes spécialement chargés par leurs gouvernements respectifs des questions relatives aux stupéfiants.

2. Dans le cadre de consultations *ad hoc*, les Parties contractantes pourront désigner divers spécialistes chargés de fournir des services consultatifs aux responsables visés au paragraphe 1 du présent article.

Article VII

En vue d'atteindre les objectifs du présent Accord et sur la demande de l'une des deux Parties, des représentants des Parties contractantes se réuniront périodiquement pour :

- a) Evaluer l'efficacité des programmes d'action;
- b) Recommander à leurs gouvernements respectifs des programmes annuels visant des objectifs précis, qui seront mis au point dans le contexte du présent Accord et exécutés selon les modalités de la coopération bilatérale;
- c) Examiner toutes questions relatives à l'application du présent Accord;
- d) Présenter à leurs gouvernements respectifs les recommandations qu'ils jugeront pertinentes pour une meilleure application du présent Accord.

Article VIII

Toutes les activités résultant du présent Accord seront réalisées conformément aux lois et règlements en vigueur dans la République fédérative du Brésil et aux Etats-Unis d'Amérique.

Article IX

Aux fins du présent Accord, on entend par « stupéfiants » les substances énumérées et décrites dans la Convention unique de 1961 sur les stupéfiants, modifiée par le Protocole de 1972, ainsi que dans la Convention des Nations Unies de 1988 contre le trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes, y compris les produits pharmaceutiques dérivés de ces substances.

Article X

1. Chaque Partie contractante notifiera à l'autre Partie l'accomplissement des formalités requises par sa législation interne pour donner effet au présent Accord, lequel entrera en vigueur à compter de la date de la réception de la seconde de ces notifications.

2. Le présent Accord restera en vigueur pour une durée illimitée, à moins que l'une des Parties ne le dénonce par les voies diplomatiques. Dans ce cas, la dénonciation prendra effet quatre-vingt-dix (90) jours après la date de la notification. L'annulation du présent Accord sera sans effet sur la validité des obligations contractées avant cette annulation.

3. Lorsque le présent Accord entrera en vigueur, l'Accord de coopération bilatérale conclu entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique en vue de réduire la demande et de prévenir l'abus et la consommation illicite de stupéfiants, ainsi que la production et le trafic illicites de stupéfiants, signé le 3 septembre 1986, cessera d'être en vigueur.

FAIT à Brasilia le 12 avril 1995, en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et anglaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :

L'Ambassadeur,
LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement
des Etats-Unis d'Amérique :

L'Ambassadeur,
MELVYN LEVITSKY

